

JORNAL DA UNICAMP

ED. 735

Campinas, 3 a 23 novembro de 2025

www.jornal.unicamp.br



Meninos brincam em árvore no rio Xingu, nas proximidades de Altamira (PA): parte da cidade foi inundada em 2015 para a operação de Belo Monte

HIDRELÉTRICAS ABREM FERIDAS NA AMAZÔNIA

Projeto mapeia impactos sociais e ambientais provocados por três barragens no bioma **6e7**

Livro retoma arquivos e legado da Teoria Crítica **2**

Mudanças ambientais devem causar migração de espécies **5**

Redução do desperdício de alimentos é alvo de pesquisa **9**

Letalidade no trânsito aumentou na pandemia **4**

A busca por ancestralidade nas obras de Marilene Felinto **8**

Historiador une medievalismo e fantasia em obra literária **12**

Os 100 anos de uma teori

Obra revisita arquivos de intelectuais da Teoria Crítica e Marcos Nobre aborda contribuições da corrente de pensamento

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

Em 1933, com a ascensão do nazismo na Alemanha, os intelectuais do Instituto de Pesquisa Social (IPS) precisaram fugir às pressas. Iniciava-se, naquele período, um regime autoritário que, além de pregar a superioridade ariana, perseguiu intelectuais, buscando a aniquilação do pensamento divergente. O IPS, oficialmente instituído em 1924, foi depredado, e seus materiais, perdidos. No entanto, Walter Benjamin, Max Horkheimer, Jürgen Habermas e diversos outros intelectuais do Instituto buscaram salvar o que podiam. Na evasão forçada, distribuíram e enviaram correspondências, manuscritos e demais documentos a familiares e amigos que viviam em locais onde a ameaça não havia chegado.

Para o centenário de fundação do IPS, o professor Marcos Nobre, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, e a professora da Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Isabelle Aubert, organizaram o livro *Os Arquivos da Teoria Crítica*. Na obra, pesquisadores analisam os arquivos de intelectuais desta corrente de pensamento, orientada por um fio em comum: a emancipação. Conforme Nobre, o trabalho oferece a possibilidade de reconstrução da produção dos autores da Teoria Crítica, por meio da análise de materiais como manuscritos, anotações, cartas e transcrições de gravações.

O livro foi lançado pela Edições Sesc e conta com uma contribuição de peso de intelectuais brasileiros (dos 24 pesquisadores envolvidos no livro, 10 são do Brasil). Para o professor, a participação dos cientistas do país na obra e na pesquisa vinculada à Teoria Crítica mostra que a produção ocorre em pé de igualdade com países do Norte global, graças ao financiamento de órgãos de pesquisa como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Em entrevista ao *Jornal da Unicamp*, Nobre fala sobre o trabalho com os arquivos, em parte destruídos por um regime “de exclusão de todos os opositores, de perseguição, prisão, tortura e morte”. Também indica contribuições dos intelectuais desta corrente, para os quais a teoria e a prática andam lado a lado. Segundo o docente, por terem sempre pensado o autoritarismo, inclusive antecipando tendências autoritárias entre famílias operárias na Alemanha, os teóricos críticos oferecem um arcabouço para o diagnóstico e enfrentamento de novas formas de autoritarismo.

Jornal da Unicamp — Como foi o trabalho, ao longo desses 100 anos, para reunir esses arquivos? E qual é o atual estado deles, depois que se dispersaram em função da perseguição nazista?

Marcos Nobre — Os arquivos variam muito de estado, não só de conservação e de catalogação, mas também da amplitude. Vários intelectuais tiveram que sair às pressas da Alemanha devido à tomada do poder por [Adolf] Hitler, e não só a partir de quando ele se torna chanceler, mas desde quando começa o processo de tomada do poder, de exclusão de todos os opositores, de perseguição, prisão, tortura e morte. Muita coisa foi perdida nessas circunstâncias.



Sede do Instituto de Pesquisa Social: prédio foi depredado pelo regime nazista e seus pe

O Instituto de Pesquisa Social foi fundado ele mesmo como um arquivo do movimento operário, reunindo todo tipo de material, como livros produzidos no contexto do movimento, fotos e panfletos. O Instituto tinha uma biblioteca impressionante já na década de 1920. A partir do momento em que Carl Grünberg [primeiro diretor do IPS] tem um acidente vascular cerebral, e fica impossibilitado de continuar como diretor, Max Horkheimer torna-se professor e assume o IPS. A partir daí, cria-se um projeto, uma nova maneira de pensar a pesquisa materialista, que é a interdisciplinaridade. Isso foi muito inovador para a época, porque a ideia de interdisciplinaridade não existia. E aí começou o que a gente chama de Teoria Crítica.

Com a chegada de Hitler ao poder, o Instituto teve que se mudar para Genebra, depois para Paris e depois para Nova Iorque. Ele foi fugindo da guerra e, com isso, perdeu-se muita coisa, porque os nazistas depredaram a sede do Instituto em 1933 e um novo prédio foi construído a partir de 1950, quando o Instituto retornou para a cidade de Frankfurt. A partir desse retorno, cria-se um mito, que é o mito da Escola de Frankfurt. Mas nunca houve uma escola, porque as pessoas não tinham as mesmas posições, nem políticas, nem teóricas, e por 17 anos o IPS não ficou em Frankfurt. Temos uma corrente de pensamento que não tem teses dogmáticas partilhadas por todos, mas sim uma maneira de pesquisar, de pensar e de intervir no espaço público que tem muitas afinidades.

Do ponto de vista dos arquivos, eles são desiguais, tanto em relação ao material quanto ao estado de catalogação e de conservação. Um caso específico que resolvemos incluir nesse livro, apesar de não ter uma



Foto: Antoninho Perri

O professor Marcos Nobre: diagnóstico e a análise sobre o autoritarismo é um dos legados da Teoria Crítica



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Reitor Paulo Cesar Montagner **Coordenador Geral da Universidade** Fernando Antonio Santos Coelho **Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário** Fernando Sarti **Pró-Reitora de Pesquisa** Ana Maria Frattini Fileti **Pró-Reitora de Graduação** Mônica Alonso Cotta **Pró-Reitora de Extensão, Esporte e Cultura** Sílvia Helena Furegatti **Pró-Reitora de Pós-Graduação** Cláudia Vianna Maurer Morelli **Chefe de Gabinete** Osvaldir Pereira Taranto **Chefe de Gabinete Adjunto** Zigomar Menezes de Souza

JORNAL DA UNICAMP **Coordenador da Secretaria Executiva de Comunicação** Márcio Cataia **Editor-chefe** Álvaro Kassab **Editoras** Liana Coll e Raquel do Carmo Santos (on-line) **Chefia de reportagem** Rachel Bueno **Reportagem** Adriana Vilar de Menezes, Carmo Gallo Netto, Daniela Prandi, Felipe Mateus, Hebe Rios, Helena Tallmann, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Mariana Garcia, Marina Gama, Paula Penedo, Sílvia Anunciação, Tote Nunes **Fotos** Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Lúcio Camargo **Projeto gráfico** Luis Paulo Silva **Editores de arte** Alex Calixto de Matos, Paulo Cavalheri **Atendimento à imprensa** Ronei Thezolin **Revisão** Júlia Mota Silva Costa **Coordenadora do núcleo audiovisual** Patrícia Lauretti **Supervisora de TI** Laura de Carvalho Freitas Rodrigues **Acervo** Maria Cristina Ferraz de Toledo, Sergio de Souza Silva **Tratamento de imagens** Renan Garcia **Redes sociais** Bruna Mozer, Octávio Augusto Bueno Fonseca da Silva **Serviços técnicos** Alex Matos, Antonio Marcos Pereira de Moura, Elisete Oliveira Silva, Guilherme Pansani, Mateus Fioresi, Selvino Frigo, Stella Cadeu Moreira Costa **Impressão** Gráfica Mundo **Correspondência** Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. O *Jornal da Unicamp* é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. **Periodicidade** quinzenal

Teoria voltada à emancipação



Foto: Reprodução/ Edições Sesc

Intelectuais foram perseguidos

relação com o Instituto de Pesquisa Social, refere-se aos arquivos Marx e Engels. Por quê? Não só porque a Teoria Crítica é ela mesma uma vertente do marxismo, mas também porque o Instituto, no seu início, teve uma relação muito importante com o projeto dos arquivos Marx e Engels.

JU — Outro caso particular é o do Habermas, que está vivo e envolvido na organização do seu próprio arquivo.

Marcos Nobre — E é interessante porque, em alemão, existe uma expressão para espólio (*Nachlass*). Para o caso de Habermas, tiveram que usar uma palavra para um espólio de alguém vivo (*Vorlass*). Habermas foi muito solícito com a gente, permitiu que publicássemos duas cartas e nós ficamos muito contentes de ter a possibilidade de mostrar o tipo de material que se pode encontrar nos arquivos dele.

JU — Retomando a questão do arquivo Marx e Engels, no primeiro capítulo, Olavo Ximenes traz uma reflexão sobre o distanciamento da práxis dos intelectuais marxistas atualmente. Quais os recados que o livro dá sobre isso?

Marcos Nobre — Esse é um ponto crucial porque o padrão que foi dado por Marx e Engels, não só pela obra teórica, mas também por sua militância, foi de uma união entre teoria e prática. Essa ideia foi elaborada por um teórico húngaro, no início da década de 1920, György Lukács.

Basicamente, essa vertente intelectual diz o seguinte: uma sociedade sem dominação é possível. E quando se diz que uma sociedade sem dominação é possível, coloca-se em questão toda produção que considera a dominação como algo inevitável e natural em qualquer formação social.

No marxismo, existe uma orientação para a emancipação que está no cerne da teoria. Isso não significa que a teoria está submetida à prática, mas que a teoria é pensada tendo em vista a emancipação e, portanto, ela tem essa ligação com a prática, e a própria prática também se torna um novo objeto para a teoria. À medida que você vai agindo, você vai pensando também a sua ação.

Quando a Teoria Crítica nasce, na década de 1930, ela nasce com esse espírito da união de teoria e prática. Ao mesmo tempo, para que fosse mantida a pluralidade de perspectivas e de posições dentro do Instituto, não seria possível defender uma forma específica de prática, porque isso restringiria o pensamento e a pesquisa.

Essa é uma noção de tolerância em que se pensa: nós estamos orientados para a prática dirigida para e pela emancipação, mas não para uma prática determinada de um partido, de um determinado grupo.

A Teoria Crítica, no fundo, diz que, para manter a pluralidade da pesquisa e a pluralidade de prognósticos, ao mesmo tempo em se está em colaboração interdisciplinar, você não pode ter uma prática determinada. Isso, muitas vezes, é confundido com não ter prática nenhuma.

Então é preciso pensar uma teoria que permita práticas concretas e diferentes, sem perder o vínculo com a prática orientada para a emancipação. E assim você consegue manter a autonomia da teoria em relação à prática e consegue manter uma pluralidade no que diz respeito às práticas. Esse é o princípio.

JU — Por ter pluralidade é que não se pode falar que é uma escola?

Marcos Nobre — Sim, por conta dessa pluralidade. Não dá para falar em escola porque não existem teses comuns que todos partilham. O que partilham é um jeito de trabalhar, vamos dizer assim, que pensa a teoria orientada para a emancipação, e que pensa uma maneira de colaboração entre as disciplinas. Porque, veja, se a teoria está orientada para a emancipação, a questão é a seguinte: o que, do ponto de vista da situação atual do mundo, pode favorecer ou bloquear a emancipação? E isso é o que a gente chama de diagnóstico do tempo presente. Ou seja, estão todos orientados para produzir diagnósticos do tempo presente que possam revelar os elementos potenciais de emancipação e os bloqueios à emancipação.

Mas não existe um diagnóstico do tempo presente que seja comum a todos. Existe uma disputa saudável entre as pessoas que colaboram neste projeto interdisciplinar com muita discussão interna. Isso é muito interessante da pesquisa em arquivos, porque você tem acesso aos protocolos de discussão e são discussões muito acirradas. Isso permite ver uma colaboração interdisciplinar muito fecunda na divergência, não só na convergência.

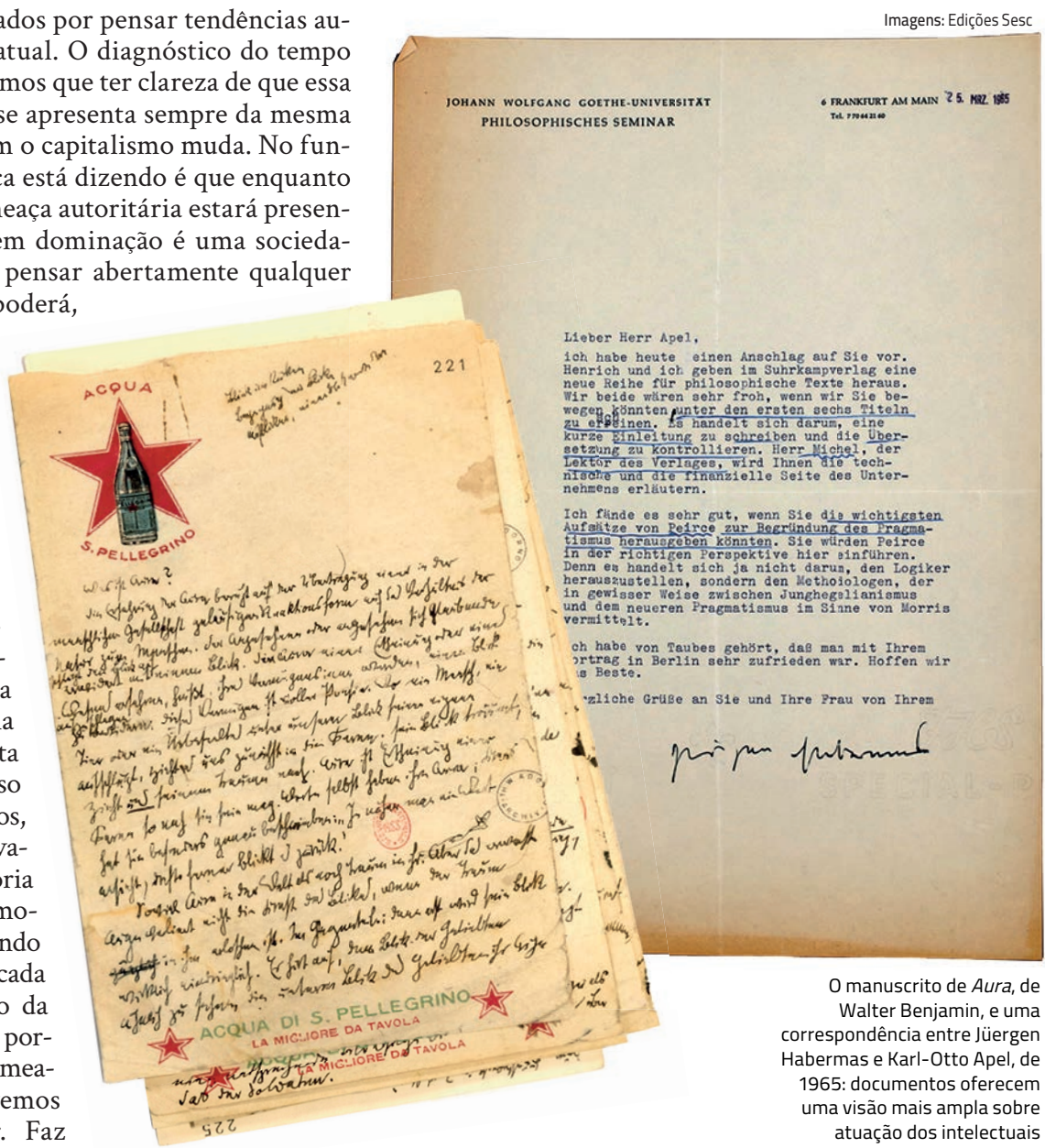
JU — Qual o legado que os intelectuais oferecem para pensarmos o momento atual, em que existem projetos políticos e de sociedade autoritários?

Marcos Nobre — Então, esse é um dos aspectos que atravessa toda a Teoria Crítica. Esses 100 anos de Teoria Crítica são marcados por pensar tendências autoritárias na sociedade atual. O diagnóstico do tempo presente significa que temos que ter clareza de que essa ameaça autoritária não se apresenta sempre da mesma maneira, porque também o capitalismo muda. No fundo, o que a Teoria Crítica está dizendo é que enquanto houver dominação, a ameaça autoritária estará presente. Só uma sociedade sem dominação é uma sociedade que poderá, de fato, pensar abertamente qualquer tendência autoritária e poderá, portanto, elaborá-la da maneira correta.

Uma das conferências de Adorno de 1967, e que foi publicada recentemente - mais um trabalho de pesquisa em arquivo-, era justamente sobre a nova ascensão da extrema direita na Alemanha e na Áustria depois da Segunda Guerra Mundial. Então a Teoria Crítica sempre está atenta a isso, e eu acho que isso é um dos grandes legados, um dos grandes reservatórios potentes da Teoria Crítica para pensar o momento atual. Sempre fazendo essa ressalva de que em cada momento a configuração da dominação é diferente e, portanto, são diferentes as ameaças autoritárias. Não devemos simplesmente transpor. Faz

parte dessa tradição tentar entender fenômenos como o do antissemitismo, que veio junto com o autoritarismo nazista e fascista. Então nós temos isso permanente na Teoria Crítica até hoje. A questão, claro, seria pensar: dado esse reservatório intelectual, que instrumentos eles nos fornecem para pensar a forma que o autoritarismo tem hoje? Isso é interessante, porque eles perceberam muito cedo o autoritarismo que enfrentaram. A Teoria Crítica é um empreendimento interdisciplinar que pela primeira vez incluiu a psicanálise como um dos elementos importantes desse consórcio interdisciplinar. E justamente é um psicanalista, o Erich Fromm, que começa a liderar uma pesquisa, ainda em 1929, sobre o autoritarismo nas famílias operárias da Alemanha, com resultados assustadores. Então, quando Hitler chega ao poder, o Instituto inteiro já estava preparado para se mudar para a Suíça, porque eles tinham a clareza de que a probabilidade do autoritarismo chegar ao poder era muito alta. Então eles abriram um escritório em Genebra antes, transferiram os fundos que eles tinham para Holanda, para se preparar para esse eventual regime totalitário, que infelizmente acabou acontecendo.

Quando a gente olha essa experiência, todos os movimentos autoritários eram contra a democracia. É diferente do autoritarismo atual, em que os autoritários se reivindicam como os verdadeiros representantes da democracia. Essa diferença é muito importante. Claro que também lá na República de Weimar, de 19 até 33, também se utilizaram da democracia para destruir a democracia, só que não em nome da democracia. Isso é que é interessante. Então, por exemplo, a gente viu no Congresso aquele motim de deputados [ocorrido no dia 5 de agosto em reação a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro] que impediu o funcionamento democrático das instituições de forma claramente autoritária. Houve aquela cena de utilização de esparadrapos na boca para dizer que a liberdade de expressão tinha sido tolhida. Isso é exatamente o que Hitler e seus asseclas fizeram em 1928. Então nós temos muitos elementos semelhantes. A direita alemã tinha absoluta certeza de que ela ia “jantar” a extrema direita, que ia usar o Hitler e colocá-lo em um cantinho. Essa é a expressão que eles usavam. E vimos o que aconteceu.



O manuscrito de *Aura*, de Walter Benjamin, e uma correspondência entre Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel, de 1965: documentos oferecem uma visão mais ampla sobre atuação dos intelectuais

Motociclistas foram os mais atingidos, evidenciando vulnerabilidades de entregadores

Campinas teve mais mortes no trânsito durante a pandemia

MARINA GAMA
marinagc@unicamp.br

Fotos: Antonio Scarpinetti

Durante a pandemia de covid-19, a circulação de veículos caiu de maneira expressiva em Campinas. O fechamento de atividades comerciais, a adoção do trabalho remoto para parte dos trabalhadores e o isolamento social reduziram em 32% o volume diário de tráfego. A expectativa era que, com o menor fluxo de carros, motos e ônibus, as mortes no trânsito também diminuiriam. Mas uma pesquisa feita pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp revelou um fenômeno oposto: a mortalidade aumentou.

A constatação faz parte da tese de doutorado do pesquisador e cirurgião do trauma Vitor Favali Kruger, defendida na FCM sob orientação do médico e chefe da Disciplina de Cirurgia do Trauma, Gustavo Pereira Fraga. Kruger analisou 17.726 sinistros de trânsito registrados na cidade entre 2019 e 2023, dos quais 406 foram fatais.

O pesquisador dividiu os dados em três períodos — pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico — e constatou que a taxa de mortalidade passou de 10,46 para 13,76 por 100 mil habitantes justamente no período em que havia menos veículos circulando. “Era esperado que o isolamento resultasse em queda das mortes, mas o que vimos foi maior gravidade e maior letalidade dos sinistros”, conta Kruger.

Antes da pandemia, havia uma morte a cada 2,9 dias em Campinas. Durante a emergência sanitária, esse intervalo caiu para uma a cada 2 dias.

Trauma, doença negligenciada

O uso da palavra sinistro na fala de orientando e orientador, no lugar da palavra acidente, não é por acaso. “Não usamos o termo acidente porque a palavra sugere acaso. Mais de 90% dos casos poderiam ser prevenidos. Trauma é uma doença negligenciada”, afirma Fraga.

A pesquisa insere-se na linha de estudos da disciplina de Cirurgia do Trauma da Unicamp. Seus pesquisadores dedicam-se a mostrar que o trauma precisa ser visto como questão de saúde pública. Segundo o médico, o desafio é fazer com que o tema ganhe relevância na agenda pública. “Estamos falando de algo que ocupa diariamente leitos hospitalares, centros cirúrgicos e recursos de emergência, mas que ainda é tratado como fatalidade. É uma doença evitável que precisa ser reconhecida e enfrentada como prioridade”, diz.

Entre os fatores que contribuíram para o aumento da mortalidade por sinistros em Campinas durante a pandemia, dois destacam-se: o excesso de velocidade e a associação entre álcool e direção noturna. Mesmo com menos veículos nas ruas, as infrações graves cresceram 27%. “A curva foi inversa: caiu a quantidade de tráfego, mas aumentaram as infrações graves. Isso é indicativo de que os condutores se sentiram mais seguros para cometer irregularidades”, explica Kruger. Outro ponto importante foi a gravidade dos sinistros, que aumentaram no período.

Os motociclistas concentraram a maior parte das mortes, representando 43% dos óbitos no período pré-pandêmico e chegando a 47% após a pandemia.

Parte desse aumento está relacionada às mudanças econômicas provocadas pela crise sanitária, avalia o autor da tese. Com a perda de empregos formais, muitos passaram a trabalhar em serviços de entrega, mesmo sem experiência suficiente ou habilitação profissional específica. “Não foi apenas o aumento de entregadores, mas também o ingresso de motociclistas amadores, em condição de vulnerabilidade econômica, que buscaram renda imediata nas plataformas. Esse perfil socialmente frágil foi o mais exposto.”



Município registrava uma morte a cada 2,9 dias: intervalo diminuiu para um óbito a cada dois dias no período pandêmico



O orientador do estudo, Gustavo Fraga, e o autor da tese, Vitor Kruger: excesso de velocidade e associação entre álcool e direção noturna foram fatores que incidiram para aumento de mortes

Impacto social

Um dos indicadores usados no estudo foi o de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP), que mede a mortalidade precoce. Houve aumento de 26,7% durante a pandemia, com maior peso entre jovens em idade economicamente produtiva. “O trânsito, ao mesmo tempo que garante mobilidade e trabalho, também é o que retira essas vidas. O mesmo acesso que gera inclusão social é o que mata os mais vulneráveis”, diz Kruger.

Esse dado mostra, segundo o cirurgião, que as consequências ultrapassam a vítima individual. Quando um jovem morre no trânsito, toda uma rede é impactada: familiares perdem a principal fonte de renda, dependentes ficam desassistidos e o sistema previdenciário absorve os custos da perda de produtividade. O peso não é apenas humano, mas também econômico e social.

No Hospital de Clínicas da Unicamp (HC), referência para o atendimento de trauma na região, a rotina confirma os números. Segundo Fraga, o hospital recebe em média cinco vítimas graves de trânsito por dia, sendo a maioria

motociclistas. Esses atendimentos mobilizam múltiplas equipes médicas, ocupam leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e centros cirúrgicos de urgência.

“São recursos que poderiam estar destinados a pacientes com câncer, problemas cardíacos ou neurológicos, mas que precisam ser usados para ocorrências de trânsito. Como se tratam de urgências, o sistema dá prioridade”, afirma o professor.

Desafios da pesquisa

Kruger destaca que um dos maiores obstáculos para a realização da tese foi a limitação e a fragmentação dos dados disponíveis no Brasil. “Fazer pesquisa em trânsito ainda significa lidar com lacunas. As bases oficiais não são completas nem padronizadas. Foi preciso cruzar dados da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC) e da plataforma Infosiga-SP e enfrentar a ausência de registros consistentes sobre fatores de risco. Esse foi um desafio importante da pesquisa”, conta.

A dificuldade metodológica, pontua, reforça a necessidade de investir em sistemas de informação mais robustos, capazes de orientar políticas públicas baseadas em evidências. “Correlação não é causalidade. Tivemos que trabalhar com cautela, evitando conclusões simplistas. O que mostramos foi uma associação clara: o tráfego caiu, mas as mortes aumentaram e a gravidade se intensificou”, analisa.

Legado do paradoxo

A tese revela ainda que os comportamentos de risco no trânsito observados durante a pandemia se consolidaram e permaneceram no período pós-pandêmico, incluindo excesso de velocidade, direção noturna sob efeito de álcool e vulnerabilidade de motociclistas. Segundo Kruger, a pandemia expôs e consolidou fragilidades preexistentes no sistema de trânsito.

A projeção é alarmante: sem intervenções, Campinas pode atingir 26 mortes por 100 mil habitantes no trânsito até 2032, segundo o pesquisador. Para ele, as soluções para reverter essa tendência são aquelas já reconhecidas internacionalmente: educação em segurança viária desde a infância, melhorias na engenharia das vias, fiscalização efetiva das leis de trânsito e fortalecimento do sistema de atendimento a traumas.

Foto: Marcus Thadeu Teixeira

Aquecimento global causará êxodo na Mata Atlântica

Aumento de temperatura traz risco de extinção a espécies com menor habilidade de dispersão e pouca tolerância térmica

Estudo analisou 6.732 espécies e detectou maior vulnerabilidade entre anfíbios (na foto, a espécie *Crossodactylodes izecksohni*, um tipo de sapo-bromélia)

MARIANA GARCIA
marigrss@unicamp.br

A chance de um animal ou de uma planta sobreviver ao aquecimento global está associada ao seu potencial em suportar o frio e o calor, o que tem implicações sobre sua habilidade de deixar o local onde vive e se dispersar para áreas onde a temperatura não põe sua vida em risco. A constatação foi feita pelo biólogo Cleber Chaves, que analisou dados acumulados de 6.732 espécies de vegetais, de vertebrados e invertebrados da Mata Atlântica em sua pesquisa de pós-doutorado, realizada no Laboratório de Ecologia Evolutiva e Genômica do Instituto de Biologia (IB), da Unicamp. Seu trabalho alerta para o risco de uma extinção em massa, que ameaça a existência de um dos biomas mais biodiversos do planeta, e comprova a necessidade de investir na criação de áreas de preservação e de corredores ecológicos nas regiões mais altas do bioma, para onde os animais podem se dispersar. Indica, ainda, a importância de considerar a tolerância térmica e a habilidade de dispersão das espécies para a criação destes corredores ecológicos.

Para o futuro, a pesquisa, que se concentrou no período entre os anos 2060 e 2080, antevê um “êxodo de espécies” no platô do rio Paraná, localizado na região oeste do Estado de São Paulo, caso a temperatura e as emissões de carbono superem os limites já estipulados. Os Campos Rupestres, nas altas latitudes da Serra do Espinhaço – entre Minas Gerais e Bahia –, aparecem como provável destino de boa parte dos organismos investigados, daqui a 40 anos. “Com a migração de novas espécies para a região, aumentará a interação entre elas, a competição e a predação, ameaçando principalmente aquelas que já estavam lá”, diz Chaves. São centenas de espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios, insetos, árvores, bromélias e orquídeas, entre outros seres vivos

Fotos: Antonio Scarpinetti



A orientadora da pesquisa, Clarisse Palma-Silva: trabalho é referência para a região tropical, que será mais afetada com alterações no clima

Segundo a previsão do pesquisador, a situação mais crítica será vivida pelos anfíbios, animais ectotérmicos que, por serem incapazes de autorregular sua temperatura corporal, utilizam fontes externas, como o sol, para obter calor. Os mais vulneráveis, aponta Chaves, são os sapos, pererecas e rãs que vivem nos pontos mais altos da Mata Atlântica e têm menor capacidade de dispersão, comparados aos animais de outros grupos. Entre as plantas, a vantagem fica com aquelas cujas sementes conseguirão se dispersar para áreas mais amenas.

O estudo, que serviu de base para um artigo científico publicado pela revista científica *Global Change Biology* (Biologia da Mudança Global, em tradução livre), foi supervisionado pela professora do IB Clarisse Palma-Silva. A docente é a pesquisadora principal do Centro de Pesquisa da Biodiversidade e Mudanças do Clima (CBioClima) – núcleo multidisciplinar financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) dentro do programa Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid), com sede no campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Sua realização obteve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fapesp.

Para a elaboração do artigo, o biólogo e a professora buscaram parcerias com especialistas em biogeografia, aves, anfíbios e borboletas. Daí o trabalho ser assinado também pelos pesquisadores Ana Carolina Carnaval, do City College, em New York (EUA); Bárbara Leal, do Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável; Jessie Santos, do Laboratório de Borboletas do IB; e Erison Monteiro, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Laboratório natural

O relevo da Mata Atlântica, moldado por uma sucessão de montanhas de baixas e médias altitudes, entre o Nordeste e o Rio Grande do Sul, foi fator decisivo para sua escolha como região de pesquisa. “A elevação é importante porque há uma variação de temperatura de acordo com a altitude: embaixo, temos mais calor; em cima, mais frio. Isso já é um laboratório natural para estudarmos as mudanças climáticas e também como um organismo, ou diferentes organismos, respondem a essa variação de temperatura”, justifica o pesquisador.

O objetivo principal foi entender se a tendência entre as espécies que habitam as porções mais frias e quentes, ao longo do gradiente de altitude da floresta tropical, seria permanecer onde estão, migrar para outras áreas ou desaparecer. A hipótese era que os organismos que hoje habitam os locais mais frios do bioma tenderiam a desaparecer devido ao aquecimento global, enquanto aqueles que estão nas latitudes mais baixas da Mata Atlântica possivelmente poderiam migrar para os pontos mais altos, onde o clima mais ameno favoreceria sua sobrevivência.

Para determinar a área e os limites térmicos da distribuição das mais de seis mil espécies, Chaves levantou os pontos geográficos habitados por cada uma das espécies, com base em informações disponibilizadas em bancos de dados alimentados por cientistas do mundo todo. Já para mensurar a tolerância de cada espécie ao frio e ao calor, o pesquisador se baseou nos resultados de

centenas de experimentos que visaram mensurar seus limites fisiológicos de sobrevivência.

Os dados obtidos foram combinados com as variáveis de temperaturas mínima e máxima de cada ponto geográfico, considerando tanto dados do presente como de projeções futuras. “Desta forma, é possível inferir quais espécies irão desaparecer a partir de uma dada temperatura. Assim, foi possível entender como cada espécie está distribuída espacialmente e como se comportará em relação às mudanças climáticas. Consideramos extinção local quando a temperatura máxima projetada for maior do que o limite inferido em cada um dos pontos levantados”, explana o biólogo.

Mais do que indicar os locais onde a espécie não sobreviverá, caso a temperatura supere sua capacidade de tolerância térmica, Chaves ressalta que a análise permite inferir o lugar mais próximo onde, provavelmente, conseguirá sobreviver ao aquecimento global. Com a capacidade de dispersão e a tolerância térmica de cada espécie, o pesquisador traçou uma rota de dispersão, partindo do ponto de extinção local e chegando ao local onde a sobrevivência futura pode ser viável. Esse material foi usado para a construção de um mapa de migração em massa, com um modelo que considera projeções climáticas. O resultado apresentou os pontos mais preocupantes e também os destinos para onde plantas e animais devem migrar, na medida em que a temperatura subir – como a Serra do Espinhaço.

Para a supervisora da pesquisa, o trabalho de Chaves contribui para ampliar o entendimento acerca dos efeitos do aquecimento global sobre os trópicos, assunto que carece de estudos. “É um trabalho ícone para a biota da região tropical, que será a mais afetada com as mudanças climáticas. Esperamos que este estudo possa servir de inspiração para trabalhos em outras regiões do mundo com características similares, na África, ou na porção tropical da Ásia”, avalia Palma-Silva.



O autor do estudo, Cleber Chaves: dados permitem entender a distribuição das espécies e como se comportarão em relação às mudanças climáticas

O legado destrutivo

Projeto de 12 anos analisou efeitos socioeconômicos e ambientais de usinas na Amazônia

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

II

Antes de Belo Monte, vivíamos em um paraíso. Fomos tirados de lá e colocados ao deus-dará”. A frase, carregada de sentimentos, é de Maria Francineide Santos,

de 56 anos, ribeirinha de Vitória do Xingu, município próximo a Altamira (PA), região impactada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A declaração sintetiza o que enfrentam diversas comunidades ribeirinhas do Rio Xingu, sobretudo as que vivem na Volta Grande do Xingu. Na região, o rio foi desviado para atender à usina, resultando em grandes impactos ambientais devido à redução do seu fluxo. “Eu garanto: hoje, no reservatório do Xingu e na Volta Grande, não tem como viver mais da pesca. Não dá mais para tirar do rio a subsistência para manter uma família”, afirma.

Construída a partir de 2011 e inaugurada em 2016, Belo Monte foi propagandeada como obra fundamental para a geração de energia em um período de crescimento econômico acelerado do país. Hoje, sabe-se que, devido à hidrologia do Rio Xingu e ao regime de chuvas da Amazônia, a produção média da usina não chega à metade de sua capacidade instalada de 11.233 MW (megawatts). Segundo a Norte Energia, concessionária que opera Belo Monte, sua geração média é de 4.571 MW. Porém, dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostram que, em meses de seca na Amazônia, essa geração pode ficar abaixo dos 200 MW.

Se Belo Monte gera menos energia que seu potencial, os impactos gerados por sua obra e operação são diversos e afetam a biodiversidade local e a vida das populações de seu entorno. Para mensurar e analisar esses efeitos, um projeto empreendeu pesquisas por mais de dez anos em várias áreas com o objetivo de identificar os impactos das usinas hidrelétricas instaladas na Amazônia. Coordenada por Emilio Moran, professor da Universidade Estadual de Michigan, nos Estados Unidos, e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) da Uni-



Belo Monte: usina trouxe impactos socioambientais graves e não consegue gerar metade da energia prevista

camp, a iniciativa teve início em 2013 centrando-se nos impactos de Belo Monte ainda durante sua construção. Em 2020, em uma segunda etapa, o projeto foi expandido para a análise dos impactos das usinas de Jirau e de Santo Antônio, instaladas no Rio Madeira, em Rondônia.

Reunindo 32 pesquisadores de oito universidades e apoiado pelo programa São Paulo Excellence Chair (SPEC), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o projeto “Depois das hidrelétricas: processos sociais e ambientais que ocorrem depois da construção de Belo Monte, Jirau, e Santo Antônio na Amazônia Brasileira” chega ao fim com resultados que englobam os efeitos sobre a atividade pesqueira e sobre a ocupação e o uso da terra e os impactos sociais provocados pelas usinas, além de inovar ao incluir as comunidades locais na avaliação e validação dos resultados e na formulação de medidas compensatórias e de propostas de políticas públicas.

Vidas pela pesca

A história de Moran com a Amazônia teve início em 1972. Na época, o norte-americano investiu em uma pesquisa de doutorado em Antropologia analisando os impactos sociais e ambientais da construção da Rodovia Transamazônica. “A região de Altamira se tornou minha segunda casa”, lembra Moran, justificando sua proximidade com as famílias locais. Ele explica que, já naquela época, a Bacia Hidrográfica do Rio Xingu estava no radar da expansão das fronteiras de geração elétrica do país, mas as pressões de grupos organizados, sobretudo de movimentos indígenas, conseguiram adiar o projeto. Porém, em 2010, durante o governo de Dilma Rousseff e no contexto de implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as licenças necessárias para a construção foram expedidas e as obras iniciadas. “Pensei: ‘agora preciso voltar para estudar Belo Monte’.”

O primeiro projeto registrou o processo de construção da hidrelétrica e seus efeitos após a inauguração, ocorrida em 2016. Este primeiro ciclo foi encerrado em 2018, quando surgiu a ideia de expandir os estudos para outros contextos semelhantes na Amazônia: as usinas de Santo Antônio e de Jirau, na Bacia do Rio Madeira,

Foto: Reprodução/ Fapesp



O coordenador do projeto, Emilio Moran: mais de meia década de pesquisas na Amazônia

próximas a Porto Velho (RO). “Começamos a nos questionar por que ninguém fala dessas usinas, sendo que são mais antigas que Belo Monte e cada uma tem cerca de 3 gigawatts de capacidade instalada de geração de energia”, recorda Moran. No caso, Santo Antônio teve suas obras iniciadas em 2008 e entrou em operação em 2012. Já a usina de Jirau começou a ser construída em 2009 e inaugurada em 2013. Elas têm 3.568 MW e 3.750 MW de capacidade instalada, respectivamente.

Além da avaliação dos impactos sociais causados pelas usinas, os estudos avaliaram como as construções e suas intervenções ambientais afetaram o uso e a cobertura da terra na região e também a atividade pesqueira — esta última vertente inserida no projeto de 2018. Apesar de terem sido organizados em três frentes de atuação, os impactos são interdependentes entre si e têm na pesca um fator aglutinador. “A pesca é um pilar que nos ajuda a entender como as três esferas se interligam. Há uma dimensão social, afinal os pescadores têm sua dinâmica de trabalho e de economia. Há também uma dimensão biológica dos peixes e isso interfere na cobertura da terra”, esmiúça Igor Johansen, professor da Unicamp e coordenador da frente de estudos sobre os impactos sociais.

Foto: Acervo pessoal



Maria Francineide, ribeirinha de Vitória do Xingu, observa árvores mortas devido à instalação de hidrelétrica: perda da biodiversidade afeta vida das famílias

o das hidrelétricas



Foto: Bruno Baptista/VPR



Foto: Lúcio Camargo

Igor Johansen, coordenador da frente de estudos sobre os impactos sociais: população se vê sacrificada em nome da produção energética

após as construções e cerca de 75% afirmaram que os rendimentos diminuíram. Segundo Arantes, isso exige deles adaptações que os fazem abandonar técnicas tradicionais de pesca e recorrer a instrumentos menos seletivos, como as redes malhadeiras. “Se eles não conseguem capturar a quantidade de peixes que precisam e que estão habituados, mudam de estratégia para capturar o que aparecer.”

No campo e na cidade

A dificuldade de acesso à pesca se reflete no bem-estar das populações ribeirinhas. Um dos estudos, realizado junto a 500 domicílios urbanos em julho de 2022, mostra que 69,7% dos lares convivem com algum tipo de insegurança alimentar, sendo que 52,5% alegaram que o problema já existia antes da pandemia de covid-19. A taxa é maior do que a média nacional daquele ano, avaliada em 57,6%. “Isso não faz sentido. Altamira foi uma das cidades mais impactadas pela construção de Belo Monte e, justamente por isso, recebeu um volume de recursos compensatórios gigantesco para uma cidade de 120 mil habitantes”, pontua Johansen. Segundo as publicações do grupo, os investimentos compensatórios realizados na cidade foram de cerca de R\$ 6,5 bilhões. “É o suficiente para garantir qualidade de vida para as pessoas. Onde está esse recurso?”, indaga.

Ao buscarem outras fontes de subsistência, os deslocados se deparam com desafios impostos pelos desequilíbrios ambientais. O cultivo de alimentos nas regiões de várzea dos rios, fertilizadas no período das cheias, foi prejudicado pela mudança no volume de água que chega às regiões. No Rio Madeira, os bancos de areia férteis para cultivo de feijão-caupi, mandioca e melancia, por exemplo, foram reduzidos. Já no Rio Xingu, o cultivo de cacau, antes feito em sistemas agroflorestais, foi convertido à monocultura. Outro impacto foi observado no ciclo de vida da fauna, como é o caso da redução de áreas para a reprodução de quelônios, que ocorria nos bancos de areia. “As principais fontes de renda e de subsistência tornaram-se mais vulneráveis, o que levou a mudança nas formas de vida, como a busca pelo garimpo, o que gera conflitos”, analisa Silvia Mandai, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora dos estudos sobre uso e cobertura da terra.

A vegetação das regiões também foi prejudicada. De uma forma geral, houve um desmatamento maior nas duas áreas após a construção das usinas devido, principalmente, à especulação fundiária e à redução das áreas de proteção ambiental para que as obras fossem concretizadas. Mandai explica que, para compensar esses efeitos, novas áreas de proteção chegaram a ser criadas, mas suas normas para uso eram mais flexíveis. Ela também aponta que o desmatamento foi maior na bacia do Rio Madeira do que no Rio Xingu. “Há um mosaico de unidades de conservação e de terras indígenas próximas a Belo Monte, formando uma barreira que dificulta a fragmentação ecológica”, explica.

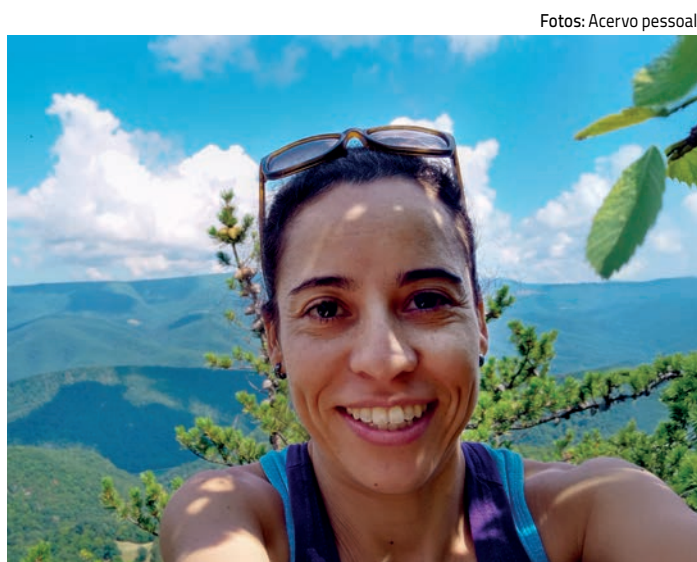
Na área urbana, as hidrelétricas provocaram uma desorganização social. “Não houve um processo endógeno de desenvolvimento econômico sustentável na cidade após a construção de Belo Monte”, relata Johansen. Afastados de suas terras originais, grande parte dos mo-

radores foram transferidos a Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), bairros planejados como forma de compensação. Além de serem distantes dos rios — alguns a 60 km das margens —, vários não contam com infraestrutura urbana adequada, como abastecimento de água e saneamento básico. A consequência foi o aumento da pobreza e da violência urbana. “Quando os moradores dos RUCs buscam emprego na cidade, eles não revelam nas entrevistas onde moram, porque os RUCs são mal vistos”, lembra o pesquisador.

Uma das consequências mais contraditórias foi o aumento nos custos da eletricidade, já que o preço da infraestrutura de transmissão, que interliga a usina ao ONS e, depois, abastece a região, é rateado nas contas de luz. “Qual a justificativa para uma casa com apenas uma televisão, um ventilador e uma geladeira, pagar cerca de R\$ 300 de energia?”. Segundo Johansen, a percepção dos moradores é que eles tiveram que se sacrificar para o benefício do restante do país. “Curiosamente, essa visão passa por todas as classes sociais, desde os que têm mais recursos até os mais pobres.”



Silvia Mandai, coordenadora dos estudos sobre uso e cobertura da terra: redução de áreas de proteção para instalação de empreendimentos prejudicou vegetação



Fotos: Acervo pessoal

Caroline Arantes, coordenadora dos estudos sobre a pesca: mudanças nas condições dos rios prejudicam o ciclo de vida de peixes migratórios

Os dados obtidos nas pesquisas em relação à pesca confirmam o relato de Maria Francineide no início da reportagem: a atividade se tornou inviável para a maior parte dos ribeirinhos. Isso se deve tanto às mudanças nas comunidades de peixes que vivem nos rios, quanto à dificuldade no acesso dos pescadores à atividade. “De uma forma geral, os pescadores percebem um declínio nas capturas de peixes e no lucro obtido com o comércio”, afirma Caroline Arantes, da Universidade da Virgínia Ocidental, nos Estados Unidos, e coordenadora dos estudos sobre a pesca. “Antes das barragens, predominavam espécies de grande porte, com maior valor de mercado. Depois delas, predominam espécies menores, com menor valor”. Ela explica que isso ocorre devido às mudanças nas condições físicas dos rios, prejudicando o ciclo de vida de espécies migratórias, que tendem a atingir maior porte. É o caso de peixes como os bagres, os surubins, as jatuaranas e os tambaquis, que não conseguem acessar áreas de reprodução, e acabam substituídos por branquinhas, sardinhas e curimatãs.

Os reflexos na economia local são profundos. Levantamentos feitos com pescadores na Bacia do Rio Madeira, por exemplo, mostram que 91% deles relataram queda na quantidade de peixes capturados

E DEPOIS?

Os dados obtidos ao longo dos projetos ajudam a responder à questão norteadora de todas as pesquisas: o que fazer após a construção de hidrelétricas na Amazônia? Propostas de ações para mitigar os impactos e as políticas públicas necessárias para as regiões foram elaboradas pelos pesquisadores em conjunto com as comunidades. Em 2024, oficinas foram realizadas em Altamira e em Porto Velho, onde os resultados foram validados com base na experiência e na percepção dos moradores. Foi uma oportunidade muito boa. É algo ainda incomum na ciência, essa postura de retornar os resultados das pesquisas para as comunidades”, reflete Moran.

Segundo o coordenador do projeto, uma conclusão geral é a de que as grandes usinas hidrelétricas, sobretudo na Amazônia, não trazem bons resultados para além da geração de energia — o que, no contexto amazônico, não é tão expressiva —, o que justifica a necessidade de pesquisas e de investimentos em novas fontes de energia. “O Brasil merece um sistema energético diversificado. Em um mundo de mudanças climáticas, depender tanto de hidrelétricas pode ser perigoso devido à redução das chuvas e ao aumento na evaporação da água.”

Para as comunidades ribeirinhas, o trabalho dos pesquisadores fortalece suas lutas. “As universidades são nossas grandes parceiras, nos ajudam a provar os impactos sobre os rios, sobre a terra e sobre a fauna”, comenta Maria Francineide. Desde 2016, ela e outros moradores integram o Conselho Ribeirinho de Altamira, que busca na justiça o direito das famílias de retornarem a seus territórios e ao seu modo de vida. Segundo aponta, hoje a cidade vem se recuperando dos efeitos de Belo Monte, mas ainda há muito o que buscar para que haja compensação justa. “O ribeirinho é o povo mais rico do mundo, vive em um berçário de biodiversidade, têm uma vida digna. Quando perdemos isso, perdemos tudo.”

A árvore genealógica que nunca existiu

A migração de retorno e a busca pela ancestralidade marcam a literatura da escritora pernambucana Marilene Felinto, que acaba de lançar *Corsária*



A autora de *As Mulheres de Tijucopapo*, *Mulher Feita e Outros Contos* e *Corsária*: busca por entender suas origens repercute nas protagonistas das obras

DANIELA PRANDI
dprandi@unicamp.br

A pernambucana Marilene Felinto persegue recordações que a levem de volta para onde nasceu. A escritora de 68 anos, que, aos 22, escreveu *As Mulheres de Tijucopapo* (relançado pela editora Ubu) e venceu o Prêmio Jabuti de 1982 de autora revelação, sofreu o que define como trauma quando, aos 11 anos, foi obrigada a deixar Recife e se mudar com a família para São Paulo. Em uma literatura marcada pela migração de retorno, a escritora está de volta com o romance *Corsária* (editoras Ubu e Fósforo), cuja protagonista empenha uma jornada de vingança em busca de sua ancestralidade e de um sobrenome que lhe foi negado.

Há três anos, a morte de sua mãe, Alaide Barbosa de Lima, a quem dedica o livro, levou-a à sua nova aventura. “Foi como uma avalanche. Percebi que havia uma longa história que eu queria contar para resgatar algo que eu perdi”, afirma Felinto, que lançou o livro no Colóquio Internacional Exodus e Grupo de Estudos em Didática da Literatura (GEDLit), no início de outubro, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Se, em *As Mulheres de Tijucopapo*, a narradora faz o trajeto de volta a uma terra mítica, uma localidade fictícia onde sua mãe teria nascido, em *Corsária* a história gira em torno de outra narradora forte, que deixa uma vida confortável nos Estados Unidos com o propósito de esclarecer mentiras.

Sua mãe foi uma criança adotada aos quatro anos e Felinto pouco sabe sobre sua ancestralidade. “Em *Corsária*, o romance é uma tentativa de inventar esses dados, de recuperar, via invenção, uma árvore genealógica que nunca existiu. No livro, por acaso, a ascendência da protagonista é holandesa, mas nada disso é verdade, apesar de ter relação com a minha história pessoal”, destaca.

Em *As Mulheres de Tijucopapo*, Felinto buscou na recordação de um livro infantil a inspiração para a narrativa, que se concentra em um acontecimento de 1646, no qual 600 soldados holandeses foram derrotados por mulheres de uma vila em Pernambuco. “Vou ter que ver por que minha mãe nasceu lá em Tijucopapo. E, caso haja uma guerra, a culpa é dela”, escreve no livro.

Em *Corsária*, as histórias de como se deu a invasão holandesa também vieram das memórias de seu tempo de escola. “Nem sei se hoje há aulas sobre os holandeses, mas eu me lembro”. Não houve intenção de ligar um li-

vro ao outro, garante. “São movimentos diferentes. No primeiro, a protagonista faz uma viagem de retorno do Sudeste para o Nordeste. Agora, ela vem do estrangeiro, de fora daquela realidade.”

Felinto ficou 16 anos sem publicar até que, em 2023, retornou com *Mulher Feita e Outros Contos* (editora Fósforo). “Eu nunca parei de escrever, mas fiquei quieta no meu canto, sem saber se iria publicar. O mercado editorial mudou muito, antes era dominado por homens brancos e eu tinha dificuldade, mas, agora, há muitas mulheres editoras, mais abertas ao diálogo.”

Novas abordagens

A autora, que mora em São Paulo, conta que viaja muito a Recife, mas leva consigo a certeza de que aquela cidade de sua infância não existe mais. “Volto porque busco as marcas da minha cultura, a praia, a comida, as frutas que não encontro”. Em setembro, retornou para participar da Feira Literária das Periferias de Pernambuco (Flupe) e trouxe na bagagem de volta algumas reflexões. “Sinto um estranhamento no modo de avaliar e divulgar a literatura que é feita hoje, das abordagens pelo engajamento. O modo como entendo a literatura como exercício estético, que elaboro a partir do sentimento do mundo e do efeito da vida sobre mim, não vem a partir de marcadores sociais, embora eles estejam presentes nos meus textos.”

“Não há como negar a importância desses movimentos, mas sou de um tempo em que não existia nem mesmo o conceito de periferia. Era tudo pobreza”, continua. Em sua missão de proteger sua escrita do que chama de “captura dos chamados movimentos identitários”, Felinto, porém, ressalta: “Eu sei o que é exclusão.”

“Para minha surpresa, me alçaram a um lugar de inspiração, um exemplo de superação. Mas, com a pulverização das feiras literárias, que é um fato, quem legitima quem? Senti um incômodo, uma sensação de deslocamento, de estar ali, mas com a sensação de não pertencer”, completa. A autora destaca que, circunscritos como “periféricos”, autores correm o risco do isolamento, de “estarem em um bolsão a ser ainda mais discriminado pelo preconceito de quem está fora.”

“Minha literatura não tem como disparadora a minha condição de mulher, negra, pobre e nordestina, não escrevo a partir de temas ou teses, não faço militância em literatura”, define. “Não escrevo por isso, mas a par-

tir disso, de ser mulher, negra, pobre e nordestina. Não nego ou renego, mas o trauma da migração é o grande disparador da minha literatura.”

Felinto, formada em Letras na Universidade de São Paulo (USP), destaca que a universidade operou uma virada em sua vida. “Era um época sem política de cotas ou bolsas de permanência. Eu ralei muito para me formar. Considero a política das cotas a mais importante ação da educação deste país, algo que eu precisei tanto e não tive.”

A escritora admite que não lê novos autores e nem mesmo teve a curiosidade de conferir como ficaram as traduções de *As Mulheres de Tijucopapo* para inglês, francês, holandês e catalão. “Não tenho mais tanto tempo nessa vida.”

Com a ajuda de um sobrinho, é presente nas redes sociais e acredita que a inteligência artificial é “um espetáculo de invenção”. A autora, que se define como “curiosa e adepta”, ressalta que não tem nenhuma antipatia pelo mundo conectado. “Acho que as redes sociais são ferramentas interessantes, depende de onde se vai e para quê servirá tanta tecnologia.”

Na juventude, conta, tinha ousadia para criticar. “Mas não tenho mais o que fazer com o que não tem conserto”, diz, resignada. “Nessa atmosfera de fim de mundo, vai sobrar para os jovens operar a tarefa hercúlea de, além da luta contra o fascismo, operar a defesa e o conceito de nação frente à pressão das *big techs*.”

TRECHO DE CORSÁRIA

“Vim até aqui para um acerto de contas, para descobrir por que o sobrenome Lichthart foi omitido dos documentos de minha mãe, por que negaram a ela essa identidade de filha que deveria ter sido legalmente adotada. Por parte de pai, um de meus sobrenomes deveria ser van Waerdenburch, nome de proprietário, de donos de vastas extensões de terra de lavoura e gado, exploradores do trabalho braçal de meus tataravós, bisavós, avós.

Minha questão é a indenização por danos, pela herança adulterada, não é o status do nome holandês — e pouco me importa a outra origem fundadora das genealogias rarefeitas, pouco me importa o sobrenome de quem veio de que reino de Miragaia, os navegantes que aqui se instalaram como se esta fosse terra de Seu Ninguém. O que eles não sabiam (e não sabem) é que Seu Ninguém sou eu, Seu Ninguém é meu pai e é minha mãe. Pouco me importa em que século chegaram, em que ano da fundação de povoados seculares como Igarassu, pouco me importa aqueles de sobrenome “de Tal e Tal” que se assenhorearam por completo do país, alastrando-se terra adentro, de norte a sul, impondo seus Dias, seus Nascimento e seus Assunção aos aborígenes, aos escravizados de todo tipo. O sobrenome deles eu conheço, sei de onde vem. Sei que mal causaram. Minha questão é o nome ocultado, a herança usurpada, para além do outro dano infligido.”



Fotos: Antoninho Perri

Na missão de proteger sua escrita da “captura dos movimentos identitários”, Felinto diz que autores circunscritos como periféricos correm risco de isolamento

Na trilha do desperdício de alimentos

Pesquisadores buscam estratégias para diagnosticar gargalos na cadeia de suprimentos de frutas, legumes e verduras

MARIANA GARCIA
marigrss@unicamp.br

Antes de chegar aos mercados, boa parte dos legumes e frutas produzidos no Brasil enfrenta uma longa jornada, saindo do local onde foram cultivados e viajando centenas ou mesmo milhares de quilômetros rumo aos mercados atacadistas, como a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), onde serão precificados. De lá, parte vai percorrer ainda mais quilômetros até o local onde, finalmente, será comercializada. Nesta jornada, os alimentos são expostos a diversas intempéries e passam por muitas mãos. Como consequência, a qualidade e o apelo comercial podem ser prejudicados.

Discutir os problemas da cadeia de suprimentos de frutas, legumes e verduras e pensar estratégias para reduzir perdas e desperdícios é o objetivo de uma linha de pesquisa estabelecida no Laboratório de Logística e Comercialização Agroindustrial (Logicom), vinculado à Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri), da Unicamp. Liderada pela engenheira agrônoma Andréa Leda Oliveira, professora da Feagri e coordenadora do Logicom, a iniciativa conta com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Seus projetos envolvem alunos de graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores de instituições internacionais e de diversas áreas da Universidade, como a Faculdade de Ciências Aplicada (FCA), o Instituto de Economia (IE), a Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (Feec) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação (Nepa). “Uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] da ONU é reduzir o desperdício global de alimentos pela metade, o que acabou servindo como um incentivo para nós”, diz Oliveira, ressaltando que há uma escassez de trabalhos acadêmicos a esse respeito, sobretudo no Brasil.

O grupo, que está completando sua primeira década, aposta em diferentes metodologias de pesquisa para desenvol-

ver seus projetos. Aos tradicionais trabalhos de campo e às análises de dados estatísticos, soma-se o uso de tecnologias emergentes, seja para projeções, seja para construir análises qualitativas. Esse trabalho complexo permitiu, mais do que traçar um diagnóstico do desperdício, desenvolver um mapa inédito de vulnerabilidade. Para tanto, foram utilizadas ferramentas digitais de modelo multicritério, redes neurais e *data mining*, entre outras técnicas.

De acordo com o trabalho, o grupo constatou que as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, por se destacarem pela exposição aos extremos climáticos (ondas de calor e chuvas intensas), deverão ser as mais impactadas pelo aquecimento global, no que diz respeito à produção de alimentos. Cidades como Recife (PE), Fortaleza (CE) e Rio Branco (AC), que dependem de cadeia de suprimentos originadas em municípios dessas regiões, serão as mais afetadas. “Pode haver redução na disponibilidade e na oferta de frutas e vegetais nestas Ceasas, com risco de abastecimento de alimentos nesses centros urbanos, o que impactaria, além da oferta de frutas e vegetais, também o preço e a diversidade de alimentos”, estima Oliveira.

Ao analisar o impacto do desperdício, Oliveira observa que, embora apenas a oferta e a disponibilidade de alimentos costumem ser lembradas por seus efeitos negativos, o problema é mais amplo, afetando também a segurança alimentar, a sustentabilidade, o meio ambiente e o preço para o consumidor. “O processo produtivo envolve o emprego de recursos ambientais, não só de capital financeiro. Evitar o desperdício é um recado de que é possível ser eficiente se conseguir controlar as perdas. Não é preciso ampliar a área produtiva nem usar mais recursos, já escassos.”

Para a professora, a questão da água virtual [quantidade de água utilizada direta e indiretamente na produção de um bem, produto ou serviço, nem sempre visível no produto final], envolvida em todo o processo produtivo de frutas e hortaliças, é especialmente importante. “O Brasil, ao ser um grande exportador de *commodities*, e de frutas, é um grande exportador de água, que é o recurso mais precioso. Quando os chineses compram nossa soja, estão poupando seu processo produtivo. É mais barato comprar do que usar o próprio recurso hídrico, que eles estão reservando enquanto nós estamos desperdiçando.”

Indicador e curso

A linha de pesquisa foi inaugurada com o mestrado conduzido pelo engenheiro agrônomo Dag Mendonça Lima, sob orientação de Oliveira, no Logicom. Pesquisador do Nepa, o então mestrando ingressou na pós-graduação com o propósito de investigar as práticas envolvidas na operação logística dos alimentos mais comercializados nas Centrais de Abastecimento (Ceasas), para tentar estabelecer uma associação com o desperdício. O estudo foi realizado na Ceasa de



Frutas e legumes na Ceasa de Campinas: estudos buscam evitar perdas na cadeia distributiva

Campinas, onde Lima identificou diferentes fontes de desperdício na cadeia de suprimento de alimentos e concluiu que o problema era multidimensional.

De seu trabalho, resultou a criação de um indicador de desperdício, no qual constam as principais dimensões (gestão, logística, comércio, operacional e tecnológica) e variáveis associadas ao problema. A ferramenta considera desde fatores em que a associação com o desperdício de alimento é mais óbvia – como embalagem, tipo de transporte, controle de qualidade, câmara fria e manipulação – até os que acabam sendo menos lembrados, por não possuírem uma relação tão evidente com a perda. É o caso do acesso a rodovias, da reclassificação do produto e do acompanhamento do seu preço.

O indicador serviu de base para um dos principais projetos da linha de pesquisa, um curso de extensão voltado para a capacitação de profissionais que atuam nas Ceasas. No ano passado, Oliveira coordenou sua realização para 77 profissionais de 14 centrais de abastecimento, oriundos de cidades como Belém (PA), Maracanaú (CE), Paulo Afonso (BA), Goiânia (GO) e Porto Alegre (RS). Entre os alunos, estavam presidentes de centrais, gerentes e operadores de mercado, que tiveram de analisar as práticas de suas praças utilizando o indicador. A iniciativa contou com a parceria da Associação Brasileira das Centrais Atacadistas (Abracen) e do Ceagesp, e envolveu a participação de pesquisadores de diferentes instituições.

Ainda com a finalidade de explorar os fatores envolvidos com o maior grau

de desperdício e aqueles que podem contribuir para diminuí-lo, Oliveira encampou mais dois projetos financiados pelo CNPq e outro que contou com o apoio do Fundo de Apoio ao Ensino, À Pesquisa e À Extensão (Faepex) e da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp). A professora e o doutor em engenharia agrícola foram convidados a participar do Grupo Latinoamericano de Trabajo sobre Pérdidas y Desperdicios de Frutas e Hortalizas, formado por pesquisadores de 15 universidades e instituições de pesquisa do continente, com apoio da FAO. Buscando promover iniciativas em rede e sensibilizar a população para a necessidade de reduzir a perda de alimentos na América Latina, o grupo também promove cursos de conscientização e capacitação e já tem uma publicação lançada.



Dag Lima, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação: trabalho contribuiu para a criação de um indicador de desperdício



Andréa Oliveira, coordenadora do Logicom: pesquisas resultaram em curso de extensão voltado à capacitação de profissionais das Ceasas

'Uno, gratuito e breve': o poema em prosa no Brasil

Antologia reúne mais de 200 poemas brasileiros que seguem a tradição iniciada por Baudelaire

ANA ALICE KOHLER
Especial para o *Jornal da Unicamp*

O livro *Antologia do poema em prosa no Brasil*, publicado pela Editora da Unicamp em coedição com a Ateliê Editorial, foi organizado por Fernando Paixão e apresenta um gênero pouco explorado da poesia moderna: a poesia em prosa. A obra traça um panorama da história dessa forma poética no país, das primeiras manifestações até a contemporaneidade. Com ilustrações de Sergio Fingermann, o livro oferece ao leitor uma introdução abrangente ao tema, combinando reflexões teóricas com exemplos de produções em prosa de cem poetas brasileiros.

Formado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Paixão é mestre em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp e doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atuou como editor por mais de 30 anos e organizou obras como *Momentos do livro no Brasil*, vencedora do Prêmio Jabuti em 1995. Poeta e ensaísta, atualmente é professor no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP.

Na entrevista a seguir, Fernando Paixão explica os princípios da poesia em prosa e comenta as contribuições da antologia para os estudos do gênero no Brasil.

Jornal da Unicamp — O que motivou a elaboração da antologia e quais foram os principais desafios enfrentados em sua organização?

Fernando Paixão — A motivação inicial foi, na verdade, de ordem pessoal. Durante a juventude, eu tinha o hábito de anotar em cadernos pretos alguns textos soltos e não sabia bem o que eram, se tinham qualidade ou não. Em 1999, ingressei no doutorado para estudar o gênero híbrido, o que resultou no livro *Arte da pequena reflexão: poema em prosa contemporâneo*. Após a minha entrada no IEB em 2009, passei a me dedicar ao poema em prosa no Brasil. Quanto às dificuldades, são muitas... A primeira delas foi a de formular um conceito geral que orientasse a seleção dos textos. Em seguida, o impasse esteve na seleção dos poemas, que implicou a leitura de um vasto território de autores e livros. Mas o mais difícil mesmo foi a tarefa de obter todas as autorizações dos autores, editoras ou herdeiros – tarefa que exige muita burocracia e paciência.

JU — Quais critérios orientaram a seleção dos poetas e poemas reunidos na obra?

Fernando Paixão — Não há propriamente um consenso sobre como definir o poema em prosa. Os críticos divergem quanto ao tema. Diante disso, eu preferi seguir o caminho da teórica francesa Suzanne Bernard, que escreveu uma obra monumental sobre o assunto. Ela defende a ideia de que o poema híbrido deve se apoiar sobre um tripé de características essenciais. De início, destaca o princípio de unidade, pois quase sempre o texto está circunscrito a poucos elementos. A segunda marca importante é a gratuidade. Diferentemente da prosa, o poema em prosa costuma se inspirar em situações pontuais que deflagram nexos inesperados. Para completar, o gênero está associado à noção de brevidade, atributo que lhe garante um teor intenso e expressivo.



Obras de Ana Cristina Cesar consolidaram modelo híbrido de poema em prosa

Portanto, um bom poema em prosa deve ser ao mesmo tempo uno, gratuito e breve – entregue à liberdade imaginativa. Certos críticos consideram vaga essa definição, mas eu argumento que, se quisermos maior rigor na delimitação desse gênero literário, corremos o risco de cair numa restrição normativa.

JU — Na sua visão, quais contribuições a antologia traz aos estudos da poesia brasileira?

Fernando Paixão — Costumo dizer que essa Antologia revela uma paisagem diferente da poesia nacional. Parece slogan, não é mesmo? Sim, pois quase tudo o que lemos nos manuais sobre poesia se refere ao universo dos poemas versificados e dos autores mais destacados nesse campo. Chega a impressionar a ausência de estudos sobre o gênero híbrido. E, na verdade, quando nos debruçamos sobre a literatura brasileira, percebemos a importância desse tipo de escrita como um eixo renovador da nossa poética.

JU — Como o recorte temporal é bem amplo, quais surpresas o leitor terá com a coletânea?

Fernando Paixão — Não vejo problema em dar um spoiler aqui. Lembro que, ao realizar o levantamento sobre o período modernista, fiquei espantado com a escassez de poemas híbridos na obra de importantes poetas do movimento. Vários deles simplesmente ignoraram o gênero e outros o cultivaram com timidez, a exemplo de Carlos Drummond, Manuel Bandeira e Jorge de Lima – que não lhe dedicaram mais que uma dezena de textos em suas vastas obras. Acabaram por “jogar fora o bebê com a água do banho”, como diz o ditado. Desprezaram uma forma de expressão que continuava ativa e renovada nos centros europeus. As melhores surpresas, porém, creio que se encontram nos textos, que o leitor pode folhear e saborear.

JU — O senhor acredita que o poema em prosa ainda ocupa uma posição marginal na literatura brasileira atual?

Fernando Paixão — Muito pelo contrário. Após os anos 1970, o formato híbrido só cresceu no Brasil em popularidade e possibilidade poética. A obra de Ana Cristina Cesar representa a consolidação desse modelo pois, ao reunir os textos de A teus pés, optou por colocar como subtítulo a designação prosa/poesia. Após essa geração, tornou-se também frequente alguns livros se dedicarem inteiramente ao hibridismo. E, se dermos um salto para a atualidade, veremos que o gênero permanece vivo nos livros de poesia, muitas vezes voltado a flagrar a fragmentação do eu lírico. À sua maneira, o poema em prosa oferece uma poderosa lente para evidenciar as dimensões subjetivas da modernidade.



Título: Antologia do poema em prosa no Brasil
Organizador: Fernando Paixão
Edição: 1ª
Ano: 2024
Páginas: 376
Dimensões: 16 cm x 23 cm

LANÇAMENTOS



ARRANJO APLICADO À MÚSICA BRASILEIRA
Paulo Tiné
Páginas: 216
Dimensões: 14 x 21 cm



DIFICULDADE DA POESIA
João Mostazo
Páginas: 272
Dimensões: 14 x 21 cm



CONFLITOS, RISCOS E IMPACTOS ASSOCIADOS A BARRAGENS
Jefferson Picanço, José Martínez, Claudia Pfeiffer e João Meyer (org.)
Páginas: 312
Dimensões: 21 x 28 cm



Livraria da Editora da Unicamp
R. Sérgio Buarque de Holanda, 421
Cidade Universitária Unicamp



www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

Repensando a mobilidade urbana a partir do campus

Unicamp vira laboratório vivo em pesquisa que propõe espaço público mais acessível e seguro



Foto: Alex Calixto

Vista aérea do campus de Barão Geraldo da Unicamp: projeto Ruas Compartilhadas propôs melhorias para pedestres e ciclistas

CRISTIANE KAMPF
Especial para o *Jornal da Unicamp*

Uma mudança de visão é urgente nas cidades do Brasil e da América Latina: é preciso sair do modelo de mobilidade urbana centrado no carro e construir espaços públicos com ruas e calçadas nas quais as pessoas sejam prioridade, possibilitando conviver, caminhar, pedalar e usar transporte público com segurança e conforto. Começar a planejar esta mudança em polos produtores de conhecimento, que têm capacidade de testar, avaliar e propor soluções baseadas em ciência, pode ser um impulso importante. É o que sugerem os autores de artigo recentemente publicado na revista *Cities & Health*.

No estudo, um grupo de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento do Brasil e da Argentina analisou os processos e desafios da implementação de Ruas Completas e Urbanismo Tático em territórios de conhecimento brasileiros. A pesquisa, interdisciplinar e pioneira, concentrou-se no campus da Unicamp em Barão Geraldo, onde circulam 50 mil pessoas diariamente, e no seu distrito de inovação adjacente, o Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (HIDS), localizado no Polo de Alta Tecnologia de Campinas e em fase de implantação.

Conforme os autores, territórios de conhecimento de quarta geração podem funcionar como laboratórios vivos para pensar a mobilidade urbana sustentável. “São lugares nos quais é possível experimentar, com grande fluxo de pessoas e produção de conhecimento técnico. Nesses locais, surgem parcerias entre universidade, governos, empresas e sociedade civil, com potencial para gerar inovações replicáveis em outras áreas

da cidade”, avalia Milena Pavan Serafim, especialista em políticas públicas, pesquisadora do Centro de Estudos sobre Urbanização para o Conhecimento e a Inovação (Ceuci) e Diretora da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp. Serafim, uma das autoras da pesquisa, considera que um campus mais caminhável pode potencializar a interdisciplinaridade e a criatividade, a partir do encontro das pessoas e saberes, e a integração entre atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Ruas Completas

Ruas Completas são políticas urbanas que buscam tornar vias acessíveis e seguras para todos, independentemente do modo de transporte, idade ou capacidade física. Marcela Noronha, arquiteta e urbanista, especialista em mobilidade urbana e pesquisadora do Ceuci, explica que redesenhar a rua oferece um estímulo para criar ciclos virtuosos que geram benefícios sociais. “É como se estivéssemos criando um universo capaz de estimular o ambiente que desejamos. Ao promover a caminhabilidade, incentivamos a convivência e permanência das pessoas no espaço público, a segurança e o desenvolvimento cultural e econômico.”

O Urbanismo Tático, por sua vez, é uma ferramenta para a implementação das Ruas Completas. Essa abordagem de baixo custo permite melhorias urbanas experimentais, rápidas e de pequena escala, testáveis antes de se tornarem permanentes. Porém, o artigo ressalta que entraves burocráticos, questões de governança e processos de licitação pública podem dificultar a implementação eficaz dessas estratégias.

Outro desafio significativo, segundo as pesquisadoras refere-se à participação social, segundo as autoras do

artigo. Para o estudo, foram realizadas oficinas a fim de envolver a comunidade na discussão do planejamento do HIDS, e detectou-se uma participação restrita à comunidade científica. Silvia Stuchi, bacharela em gestão ambiental, pesquisadora do Ceuci e autora principal do artigo, lembra que lacunas históricas entre a comunidade acadêmica e a população local precisam ser superadas. “As estratégias de participação social devem transcender limites institucionais e incorporar diferentes vozes para garantir intervenções equitativas e socialmente legitimadas.”

Intervenções no campus

O Ciclo Básico, projetado nos anos 50, foi proposto para que a interlocução entre diferentes unidades e institutos pudesse existir – no entanto, conforme demonstrou a pesquisa, são necessárias melhorias e atualizações. “Quando a Unicamp foi fundada, o campus era

distante da cidade. Hoje, precisamos repensá-lo e adaptá-lo aos novos paradigmas da mobilidade. Precisamos promover mais sinergia e maior participação pública em nosso espaço físico”, explica Noronha, que também assina a pesquisa.

A arquiteta destaca que, assim como a população brasileira, os estudantes dependem do transporte público e caminham muito, cerca de três quilômetros por dia. “Se no projeto do campus não pensarmos na caminhabilidade, estaremos criando uma indignidade. Caminhabilidade é segurança e cidadania e precisamos começar a entender isso de forma muito clara – não só no campus, mas em nossas cidades. Precisamos mostrar a importância disso para nossos políticos e começar a exigir deles a qualidade do espaço público.”

O Ciclo Básico foi escolhido para as intervenções por sua centralidade física no campus, relevância acadêmica e diversidade de destinos. O projeto de Urbanismo Tático incluía sinalização e análise detalhada das ruas, calçadas e ciclovias, identificando defasagens significativas na infraestrutura. Contudo, em 2021, a proposta inicial foi readequada. A demanda da comunidade impulsionou a criação do projeto permanente Ruas Compartilhadas, que priorizou pedestres e ciclistas, nivelando pavimentos com calçadas e entradas de edifícios. Para os pesquisadores, isso demonstra como intervenções táticas podem evoluir para projetos urbanos formais, caso haja apoio e vontade institucional.

Desafio dos dados

Outro desafio importante foi reunir dados confiáveis, já que a Unicamp não possui pesquisa origem-destino [levantamento que mapeia os deslocamentos das pessoas em uma área]. “Só com colaboração interdisciplinar foi possível construir o panorama que orientou nossas recomendações”, explica Stuchi. Campinas também carece de estudos atualizados desde 2011.

Para Serafim, a falta dos dados prejudica a tomada de decisão em relação ao planejamento urbano e de mobilidade, seja da Universidade ou do próprio município. “Além de dados, é importante termos projetos e infraestrutura de transporte ativo de qualidade. Não apenas faixas pintadas, mas calçadas acessíveis, ciclovias protegidas, cruzamentos seguros e paisagens urbanas confortáveis, com sombreamento, drenagem e mobiliário urbano. Devemos ter políticas públicas que melhor integrem mobilidade ativa e transporte público, reduzindo desigualdades no acesso à cidade. Paralelamente, também precisamos ter campanhas de comunicação e educação permanentes para consolidar uma cultura de respeito aos pedestres e ciclistas e segurança viária.”



Foto: Antoninho Perri

Silvia Stuchi, Milena Pavani e Marcela Noronha, autoras do estudo: redesenhar as ruas pode gerar benefícios sociais

Da história para o lúdico

Jogos de tabuleiro e romance de fantasia são desenvolvidos por historiador aficionado por período medieval

MARINA GAMA
marinagc@unicamp.br

Vinicius Marino não é um historiador comum. Realizando sua pesquisa de pós-doutorado em História na Unicamp, onde ministra uma disciplina sobre jogos e história, ele transita entre mundos aparentemente distantes: a Irlanda medieval, os games acadêmicos, a cultura pop e a literatura de fantasia. Sua trajetória inclui simulações computacionais sobre o clima da Irlanda no século XIV, jogos de tabuleiro e agora um romance de fantasia que levou uma década para ser publicado.

A *Trama do Mundo*, classificado como fantasia urbana, é uma releitura de *O Colóquio de Oisín e Patrício*, texto medieval irlandês que narra a história mítica de Oisín, um herói que se apaixonou por uma fada e viveu em Tír na nÓg (a “Terra da Juventude”). Ao retornar ao mundo real, descobriu que 300 anos haviam se passado e encontrou uma Irlanda já cristianizada, onde conheceu São Patrício.

A obra se estrutura em duas narrativas paralelas: uma no plano da fantasia, enraizada na mitologia celta e outra estabelecida em São Paulo. “Sou paulistano e achei que essa escolha ia despertar certa autenticidade nos leitores”, explica Marino. Para ele, o contraste entre o mundo da fantasia e um local que existe de verdade fortalece o senso de dualidade da narrativa.

Mas por que um historiador especializado em Irlanda medieval decide escrever literatura de fantasia? “Sempre tive um interesse particular pela fantasia, sobretudo por como esse gênero permite que questionemos algumas das certezas da nossa época”, explica. Para o historiador, a especulação funciona como experimentos de pensamento que colocam ideias em perspectiva.

Ilustrações: Gisela Pizzatto



Ilustrações representam cenas do livro *A Trama do Mundo*; obra é uma releitura do texto medieval *O Colóquio de Oisín e Patrício*

Raízes irlandesas

A história do pesquisador com a Irlanda começou na adolescência, quando morou no país por seis meses. O poeta William Butler Yeats, do século XIX, o impressionou, assim como a língua irlandesa — o gaélico — e sua história, reprimida pelo processo de colonização.

O interesse ganhou forma quando seu pai lhe deu o livro *Um Retrato do Artista Quando Jovem*, de James Joyce. “Fiquei fascinado”, relembra. Durante o intercâmbio no ensino médio, comprou *O Senhorio da Irlanda na Idade Média*, do historiador James Lydon, que ele considera crucial para sua carreira acadêmica.

Esse livro abordava um período pouco estudado: a Idade Média pós-conquista inglesa. “Mesmo aqui no Brasil, quem trabalha com a Irlanda geralmente foca no início do cristianismo”, explica. O que o intrigava, conta, era a trajetória dos irlandeses celtas que não desapareceram após a invasão inglesa, mas continuaram a criar suas próprias tradições, revelando resistência e permanência cultural.

Na graduação em História na Universidade de São Paulo (USP), começou a trabalhar com história medieval desde a iniciação científica. Mas não foi nesse momento que conseguiu unir seus dois interesses. “Eu não dominava o irlandês, tinha medo de lidar com isso academicamente e não encontrei ninguém no Brasil que estudava isso”, conta. Foi só no mestrado que decidiu “unir o útil ao agradável” e se tornar especialista na história da Irlanda.

Durante o doutorado, passou um ano no Trinity College Dublin, onde, além de se aprofundar na história do país através de documentos locais, começou a estudar irlandês formalmente — o que fazendo até hoje por meio de cursos online.

O lúdico como método

Paralelamente à formação como medievalista, Marino desenvolveu interesse por games como ferramentas de pesquisa. Seu doutorado em história econômica foi heterodoxo: criou uma simulação computacional para investigar se eventos climáticos ocorridos na Europa, no século XIV — a pequena era do gelo —, influenciaram a economia da Irlanda.

Transformou essa simulação em um jogo de tabuleiro chamado “O Triunfo de Tarlac”, ambientado numa guerra irlandesa do século XIV. “Achei que o jogo seria apenas uma ferramenta para entender o modelo, mas quando terminei, percebi que era mais interessante que a simulação. Isso me fez pensar que talvez devesse investir mais no lúdico e menos na computação.”

Segundo ele, “o lúdico é inerentemente subversivo”. Numa simulação computacional, os resultados seguem parâmetros estabelecidos. Num jogo com pessoas, “os seres humanos podem decidir jogar fora das regras, fazendo coisas deliberadamente anti-históricas”. Essa natureza especulativa — “eu sei que preciso ir para cá. E se eu for para lá?” — permite “brincar” com a história de maneira diferente.

Marino integra o grupo de pesquisa Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (Arise), dedicado ao desenvolvimento de jogos acadêmicos. Entre os projetos em que colaborou está *Sambaquis: uma história antes do Brasil*, sobre história indígena brasileira, que teve impacto significativo em escolas. No pós-doutorado, desenvolve *Galar* (doença em irlandês), um game sobre a peste na Irlanda do século XIV contada do ponto de vista da própria doença, baseado em anais irlandeses medievais.

Do game à literatura

Foi no cruzamento entre pesquisa histórica, games e cultura pop que nasceu *A Trama do Mundo*. Frequentador de convenções nerds e observador atento de práticas como cosplay e fanfics, Marino testemunhou a expansão dessa cultura, que antes ocupava nichos pequenos.

O mito de Oisín ofereceu a estrutura narrativa para mesclar seus interesses. O conceito de mito é central no livro: histórias que se descolam do contexto original e são naturalizadas, transformando-se em verdades inquestionáveis.

A obra acompanha quatro personagens imersos no mundo das convenções que passam por “uma experiência de reencenação múltipla” e são transformados. A protagonista é uma cosplayer. “De todas as formas lúdicas da cultura pop, essa é uma das que mais diretamente envolve afetos. As pessoas estão literalmente se vestindo e reencenando cenas das histórias”, explica, destacando o “potencial subversivo” dessa prática quando pensada de forma crítica.

Atualmente, Marino integra o Centro de Estudos sobre Diversidade Antiga. Pré-história, Antiguidade e Idade Média (Ceda), fundado em 2024 por um grupo de professores, dentre eles, a professora Neri de Barros Almeida, sua supervisora no pós-doutorado. Segundo ele, o grupo nasceu de uma aliança entre pesquisadores que estudam sociedades antigas sob diferentes perspectivas: letras clássicas, filosofia, história e arqueologia.

“A professora Neri quis criar esse espaço para que nós, que lidamos com esse passado muito antigo e enfrentamos dificuldades distintas, pudéssemos nos reunir”, explica Marino. O historiador destaca que uma das questões fundamentais do grupo é repensar a forma como esses períodos históricos são tradicionalmente categorizados.

Foto: Antonio Scarpinetti



O historiador Vinicius Marino: ludicidade permite brincar com a história